



**Reunião ordinária – Ata n.º 27/2015**

**Data** 2015-12-21

**Início** 14.30 horas

**Local** Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

**Termo:** 16.30 horas

**Presenças:**

<b>Presidente</b>	Anabela Gaspar de Freitas
<b>Vereadores</b>	João Miguel da Silva Miragala Tenreiro
	Pedro Alexandre Ramos Marques
	António Manuel Baptista Gonçalves Jorge
	Bruno Vítor Domingos Graça
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão

**Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal**

**Faltou à reunião o Sr. Vereador Rui Miguel dos Santos Serrano.**

**Da Ordem do Dia que se transcreve constavam os seguintes assuntos:**

**BALANCETE**

**PROPOSTAS:**

**PROPOSTAS DA SENHORA PRESIDENTE:**

**N.º 01 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TOMAR (82/PPRC/PR/2015) --**

**N.º 02 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA E BENEFICÊNCIA DOS BOMBEIROS DE TOMAR (81/PPRC/PR/2015)-----**

**N.º 03 – ATUALIZAÇÃO DA TABELA DE PREÇOS A PRATICAR NA DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL (2/PPRC/DPC/2015) -----**

**PROPOSTA DO SENHOR VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO:-----**

**N.º 04 – CEDÊNCIA DE EDIFÍCIO MUNICIPAL (ANTERIORMENTE DESIGNADO POR ESCOLA DE ENSINO BÁSICO DE CHÃO DAS MAIAS) À UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SERRA E JUNCEIRA (9/PPRC/UISE/2015)-----**

**DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----**



**N.º 05 - CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO À JUNTA DE FREGUESIA DE OLALHAS**  
(8716/ENTE/DAJA/2015 - 1/VIATEQ/DOM/2013)-----

**DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:**-----

**N.º 06 - CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER** (14/EPAR/DGT/2015 -  
681/EDIF/DGT/2015)-----

**N.º 07 - CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER** (13/EPAR/DGT/2015 -  
680/EDIF/DGT/2015)-----

**N.º 08 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES - Declaração de Caducidade - Proc.º**  
**1052/2002** (33/SAIE/DGT/2015 - 703/EDIF/DGT/2015)-----

**DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:**-----

**N.º 09 - APOIO AO PROJETO JUNTA EDUCA NO NATAL** (8216/ENTE/DAJA/2015 -  
7/ESPEQ/DTC/2014)-----

**DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:**-----

**N.º 10 - ARBORIZAÇÃO COM EUCALIPTO - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SERRA E**  
**JUNCEIRA** (8795/ENTE/DAJA/2015)-----

**N.º 11 - REARBORIZAÇÃO COM EUCALIPTO - FREGUESIA DE SABACHEIRA**  
(8794/ENTE/DAJA/2015)-----

**N.º 12 - REARBORIZAÇÃO COM EUCALIPTO - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SERRA E**  
**JUNCEIRA** (8576/ENTE/DAJA/2015)-----

**N.º 13 - ARBORIZAÇÃO COM EUCALIPTO - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MADALENA E**  
**BESELGA** (8574/ENTE/DAJA/2015)-----

**N.º 14 - REARBORIZAÇÃO COM EUCALIPTO - FREGUESIA DE OLALHAS**  
(8573/ENTE/DAJA/2015)-----

**UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:**-----

**N.º 15 - PARQUE DE ESTACIONAMENTO 2 - PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE**  
**TOMAR - isenção de pagamento** (103/PGEN/UISE/2015 - 2/PQEST/DOM/2013)-----

**N.º 16 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A**  
**ALUNOS CARENCIADOS - ANO LETIVO 2015/2016 - 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E**  
**JARDINS DE INFÂNCIA - 3.ª FASE** (21/ESPP/UISE/2015 - 56/ADESC/DEAS/2013)-----

**UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:**-----

**N.º 17 - UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL -**  
**Sociedade Filarmónica Gualdim Pais** (8490/ENTE/DAJA/2015 - 6/CEDESP/UDJ/2014)-----

**EXPEDIENTE:**-----



*[Handwritten signature]*

**N.º 18 – TARIFAS A APLICAR PELA EPAL NO ANO DE 2016 (8945/ENTE/DAJA/2015 - 1/ENTEXT/PR/2013)** -----

**Sendo catorze horas e trinta minutos, a Sra. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, e deu início ao "Período de Antes da Ordem do Dia", tendo sido proferidas as seguintes intervenções:** -----

**O Sr. Vereador Bruno Graça** interveio para dar conta da evolução das questões relacionadas com o Centro Hospitalar do Médio Tejo desde a última reunião do Executivo Municipal. Começou por informar que a Sra. Presidente convocou os Presidentes de Junta de Freguesia, os membros da Comissão de Saúde da Assembleia Municipal e os Vereadores para uma reunião prévia à reunião do Conselho Consultivo do CHMT, para se poder trocar opiniões e lhe dar mais know how para a intervenção naquele órgão. Referiu que essa reunião foi bastante participada, correu bem, mostrou boa disposição das pessoas para agarrar o problema e tentar, de uma vez por todas, encontrar soluções. Deu conta de que, a seu pedido, foi incluído na ordem de trabalhos da reunião do Conselho Consultivo um ponto que possibilitasse a abordagem desejada pois a agenda da reunião resumia-se ao regulamento interno e à aprovação de atas. Deu conhecimento que, na sua primeira intervenção, solicitou ao Conselho de Administração do CHMT que explicitasse os critérios e argumentos que basearam a sua proposta de abrir um número de camas de medicina interna no Hospital de Torres Novas. Disse que, no decorrer da reunião, o Conselho de Administração já tinha dado um conjunto de informações - onde, de alguma maneira, tentara, de forma indireta, abordar a questão que iria ser colocada - fundamentalmente sobre o trabalho que realizou e aquilo que perspetiva, em termos de recursos humanos e em termos de aquisição e manutenção de equipamentos. Disse que grande parte da reunião foi uma explanação pelo Presidente daquele órgão, pela Sra. Diretora Clínica e pelo responsável pela área dos equipamentos, segundo os quais foram abertos duzentos e seis concursos para as diferentes áreas do Centro Hospitalar, dos quais foram preenchidos cento e sessenta e um, sendo que os não preenchidos se inserem na área dos médicos (abriram cinquenta e seis vagas e só onze foram preenchidas). Referiu que foi perguntado quantos médicos se aposentaram ou pediram exoneração durante este período porque, como foi referido, poderia acontecer que esses onze nem dessem sequer para cobrir o número de saídas, pergunta que foi sempre ignorada e nunca foi respondida, tendo o Conselho de Administração divagado à volta do assunto, admitindo que houve pessoas que saíram, mas sem indicar quantas, e referindo as grandes dificuldades que havia na cobertura clínica dos doentes do Centro Hospitalar. Disse que, na parte dos equipamentos, foi referido, e bem



J. M.

destacado, que houve um investimento de cerca de um milhão de euros em novos equipamentos, dos quais meio milhão se destinou à Unidade de Tomar, tendo a área dos Anestesiologistas sido a mais contemplada por causa dos blocos operatórios; que Tomar até está muito bem e querem transformar a unidade de Tomar numa importante unidade cirúrgica; e que houve um investimento de cerca de setecentos mil euros em manutenção dos equipamentos. Informou que, em resposta à pergunta concreta que colocou foi mais uma vez enumerada a missão que tinham definido para a sua atuação, acusando de alguma maneira a gestão do Esperancinha, na sua opção de concentração dos serviços, pela saída de muitos recursos humanos, sem que tenha servido sequer para trazer ou regenerar equipamentos, sendo agora muito difícil promover a desconcentração, porque os recursos humanos já não existem e têm que ser contratados, e, nos médicos, a coisa é muito complicada. Informou que foi reconhecido que Tomar tem cento e trinta e duas camas e Torres Novas só quarenta, que é completamente insuficiente duas horas por dia de apoio de medicina interna a essas cento e trinta e duas camas, mas, segundo disseram, não há possibilidade humana de fazer mais, e, segundo alegaram, houve médicos de Tomar que recusaram assegurar o serviço e abriu em Torres Novas porque três médicos daquela Unidade, naturais de Torres Novas, garantiram a abertura do serviço quase de maneira voluntária, tendo sido esse o motivo que os teria levado a avançar com esta ideia de abrir já a medicina interna em Torres Novas. Disse que o debate andou à volta disto, de não terem médicos, de quem era a culpa de não haver médicos, de não poderem estar a instituir um serviço sem qualidade, porque era muito pior, que temos razão mas tem que haver um quadro diferente em termos de médicos para poderem dar satisfação a essa razão. Disse que, sabendo que vamos ter reuniões com o Ministro quase se puseram do nosso lado, mostrando que ficam muito satisfeitos e felizes se conseguirmos que a tutela possa arranjar meios de os concursos serem preenchidos por médicos, criando incentivos ou forma de discriminação positiva para os médicos que queiram vir para o Centro Hospitalar do Médio Tejo. Foi dito que o concurso para medicina interna já abriu duas vezes e, até agora, só conseguiram um médico, pelo que vai ser aberto novamente em janeiro, e que abrirão medicina interna em Tomar logo que haja condições de corpo cínico, ultrapassando mesmo a dificuldade que têm em termos de espaço, concentrando outros serviços de outras áreas. Informou que, sobre o mesmo assunto, teve ainda lugar uma reunião com o Presidente da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, o qual não só disse que temos razão como devíamos fazer muito mais, quase que apontando que a revolução está na ordem do dia, porque, segundo ele, enquanto o Ministério não avocar para si o direito do número



*[Handwritten signature]*

clausus em medicina e dos locais onde se realizam estágios, enquanto-for uma competência da Ordem dada pelo Governo, este problema nunca se resolve, independentemente de quem lá esteja, tendo inclusivamente referido que o Correia de Campos, quando disse que ia avocar, passados três dias estava demitido, que não há médicos porque a Ordem controla e quer manter esse controle do número de profissionais que saem e onde são feitas as especialidades, e que, neste momento, Portugal não tem capacidade de resistir à exportação de médicos para o Dubai e para Inglaterra (segundo foi dito, em termos de anestesistas, Tomar, neste momento, estaria até melhor que alguns hospitais de Lisboa porque o Dubai tinha chegado a Lisboa e levado mais de uma dezena, a um preço de vinte cinco mil euros por ano, com tudo pago, não dando hipótese nenhuma de discussão). Saliu que foi ainda referido por aquele responsável que, quando pretendem abrir especialidades num hospital a primeira coisa que a Ordem diz é que não há condições, tendo apontado o exemplo do Hospital de Setúbal em que tinham tudo mas não tinham biblioteca de livros de papel devidamente montada (questionando para que é que isso serve se, hoje, quem quer informação tem tudo nos computadores) e, por esse facto, a Ordem impediu que se realizasse aquela especialização. Saliu que o mesmo os desafiou a junto do Ministro dizermos que a questão pode estar aí e tem que ser equacionada também aí, e apresentou uma proposta - que a Sra. Presidente aceitou - para que se realizasse uma reunião conjunta entre a ARS LVT, o Conselho de Administração do CHMT e a Câmara Municipal, para debater o assunto e ver se é possível encontrar uma solução pois, da sua parte, fará tudo para conseguir que venham médicos e internistas para o Centro Hospitalar do Médio Tejo. Por último, deu conhecimento do adiamento da reunião com o Sr. Ministro para o próximo dia vinte e nove.-----

**O Sr. Vereador Hugo Cristóvão** interveio para informar que, hoje, vai ter lugar a constituição da Comissão Social da Freguesia de São Pedro de Tomar, no âmbito do trabalho que têm estado a desenvolver na área social, no sentido de uma maior aproximação às populações, passando a ter células devidamente coordenadas e mais próximas de cada território. Referiu que já existe uma comissão destas na freguesia urbana e que São Pedro é a primeira freguesia do espaço rural onde vai ser constituída. Informou que, na Freguesia de Madalena e Beselga a comissão ainda não está formalmente constituída mas já há um trabalho preparatório de várias reuniões e, a partir de janeiro, os atendimentos sociais que digam respeito ao seu território deixarão de ser feitos em Tomar e passarão a ser feitos na sede da junta, em articulação com a IPSS que existe na freguesia e com outras instituições. Referiu que o objetivo é que, ao longo do próximo ano, o mesmo venha a acontecer nas restantes



freguesias para que consigam ter as instituições a trabalhar mais próximas do seu território, onde melhor conhecem as problemáticas, assegurando os atendimentos e encontrando algumas formas de solução, facilitando assim, também, o trabalho a nível superior pois só virão à rede social municipal as situações que não for possível resolver no espaço do respetivo território. Sublinhou que o modelo que têm no âmbito da Rede Social, e concretamente no Centro de Apoio à Família, a funcionar na cave da Nabância, foi importante mas, neste momento, está esgotado e é preciso melhorá-lo. Disse que o trabalho que tem sido desenvolvido permitiu perceber que, por si só, o Município não tem condições para fazer um melhor trabalho, quer pela falta de recursos humanos quer pela própria vocação, pelo que, no âmbito desta reestruturação na área social, em janeiro, irá apresentar uma proposta de protocolo com a Cruz Vermelha e a Cáritas para que estas entidades, vocacionadas para a entrega de bens, alimentação e vestuário, venham a coordenar o espaço da cave da Nabância (onde existe um espaço de armazém, e um gabinete de atendimento que pretendem que venha a sair de lá), constituindo mais um passo no sentido de fazer melhor trabalho na área social, gerindo e rentabilizando melhor os recursos que existem, fazendo melhor por quem mais precisa e evitando também algumas duplicações que ainda vão existindo (conseguiram reduzir bastante mas há sempre algumas pessoas que vão bater a todas as portas e, com isso, pode acontecer que outras também necessitadas acabem por não bater em nenhuma). Por último, informou que, tendo em conta que a época natalícia é sempre propícia a que mais lixo se produza e que o lixo e a sua recolha é, por vezes, um problema no Concelho, têm estado a preparar um folheto para relembrar à população algumas das boas normas e, também, para apelar um pouco ao civismo. Mostrou o projeto de um flyer que, durante o mês de janeiro, com a fatura dos SMAS, vão fazer chegar a todas as casas, contendo algumas normas de boa conduta, mostrando a importância da reciclagem e tentando chamar a atenção para alguns números como as toneladas de lixo produzidos ou os milhares de euros que são gastos pelo Município com a recolha, tentando que a população esteja um pouco mais desperta para estas questões. Informou que, numa segunda fase, vai ser promovido algum trabalho pedagógico com as escolas e as associações de pais para tentar que, depois, repliquem nos mais jovens a importância da reciclagem e as boas normas de como tratar o lixo (fechar a tampa do contentor depois de depositar o lixo, que é algo de que os concidadãos se esquecem; colocar o lixo dentro do contentor e não ao lado, entre outras coisas que, infelizmente, se passam no nosso concelho). Disse que, por mais campanhas que possam fazer, por mais recursos



*[Handwritten signature]*

humanos que tenham, sem algumas normas de civismo nunca terão esta questão do lixo verdadeiramente resolvida. -----

**A Sra. Presidente** deu conhecimento que, no dia vinte seis de dezembro, vai haver um reforço na recolha de resíduos urbanos (dois circuitos, um de manhã e outro de tarde) e na recolha de recicláveis (1 percurso de manhã) por causa dos cartões que, normalmente, enchem os ecopontos e os contentores. Informou ainda que, em janeiro, vão iniciar, porta a porta, uma campanha de sensibilização junto dos comerciantes com o objetivo de, no dia dezoito, estar no terreno uma recolha porta a porta de cartão, para já no perímetro urbano, dois dias por semana, dependendo do número de comerciantes que aderirem desde já a esta iniciativa. Referiu que vão falar com todos os comerciantes para estabelecer os circuitos de recolha, divulgando esta ação conjunta dos SMAS, Resitejo e Sociedade Ponto Verde nas redes sociais e, em princípio, na imprensa escrita do concelho. Informou que, no passado dia catorze, teve lugar uma reunião na EPAL, que assumiu um caráter muito técnico, sobre a qual incluirá a devida informação na ordem do dia da próxima reunião. Referiu, para já, que esteve em cima da mesa a obra de Palhavã e o contrato de concessão com a Águas do Centro, onde estavam previstos um conjunto de investimentos que não foram realizados, essencialmente na área do saneamento (a cobertura de água no Concelho é praticamente de cem por cento), tendo a EPAL demonstrado disponibilidade para olhar investimento a investimento, para que possam tomar decisões. Referiu que o que estava pensado com a AdC implicava a construção de quilómetros e quilómetros de condutas adutoras para servir, por vezes, vinte ou trinta pessoas e que, hoje em dia, existem outras soluções que permitem servir as populações. Informou que, na informação que aqui será apresentada virão os diferentes subsistemas, os timings, o que está do lado do Município fazer e o que está do lado da EPAL, para que repensem todos esses investimentos no sentido de não fazer o investimento em construção e adotar novas soluções que hoje existem. Informou que também foi abordada a questão da Casa dos Passarinhos, relativamente à qual existe uma deliberação da Câmara, com vários anos, no sentido de uma das frações passar para a AdC, pois foi esta entidade que financiou as obras de reconstrução do imóvel e teria que haver uma escritura a passar para a AdC a fração onde está o antigo Instituto de Reinserção Social, ficando para o Município o espaço onde está a Museologia. Disse que a EPAL propôs que o Município adquirisse o que já é seu, ressarcindo a EPAL dos custos que a AdC teve com a recuperação do edifício, pelo que têm que olhar para os valores que estão em causa (cerca de meio milhão de euros) e tomar uma decisão. Disse que é preciso decidir se o Município faz ou não a escritura, se cumpre a deliberação ou se,



havendo disponibilidade por parte da EPAL, o Município quer, ou não, reverter esta situação. Referiu que a informação sobre esta reunião virá mais detalhada pois há decisões que terá que ser a Câmara a tomar, porque os investimentos não são para amanhã, têm que ser calendarizados e têm que estar todos confortáveis com as propostas que apresentarem. -----

**O Sr. Vereador António Jorge** começou por reafirmar que, aos olhos do PSD, conforme já foi conversado entre as várias forças partidárias, a saúde não tem cor e é nesse sentido que devem estar todos unidos para procurar as melhores soluções e ir de encontro aos desejos da população, para que tenha aquilo que outros, menos sensíveis, lhe tiraram. Afirmou que a saúde é algo porque devem lutar e estar sempre lado a lado com a sociedade local. Disse que, apesar disso, não pode estar presente na reunião que a Sra. Presidente promoveu, tendo justificado a sua ausência, e foi com alguma tristeza que, no mesmo dia, viu, e foi confrontado, bem como todos os elementos da oposição, com expressões menos próprias por parte de pessoas que fazem parte da Câmara Municipal. Referiu que tem que dizer isto à Sra. Presidente com muita frontalidade e que acha que a Sra. Presidente não merece isto. Disse que, quando foi eleita achou que não seria apenas por um mandato, tinha tudo para correr bem e para o renovar mas, quanto mais tempo passa, mais acha que a gestão vai acabar por cair por si mesma. Disse que está a ser o mais franco possível, porque é verdadeiro e honesto, e diz-lhe as coisas olhos nos olhos. Disse que teve o cuidado de imprimir o que lhe foi dado ler e, passando a citar: "tive, na qualidade de deputado municipal indicado pelo meu partido para a comissão de saúde, oportunidade de ter ouvido o ponto da situação apresentado pela presidente da Câmara Municipal e pelo vereador com o pelouro da saúde, bem como das inúmeras sugestões dos membros das juntas de freguesia presentes, que também foram convocados. Nesta foto" - dos vereadores com pelouro - "faltam vereadores mais concretamente todos os vereadores da oposição - João Tenreiro e António Jorge, eleitos pelo PSD e Pedro Marques, eleito pelos Independentes. O assunto não devia ser importante que esta coisa dos hospitais não interessa nada ou, então, como a reunião não dava direito a senhas de presença a todos, ou ajudas de custo para um deles, não se lhes apeteceu incomodar", para continuar "Garanto que se houvesse senhas de presença ou ajudas de custo de Lisboa para Tomar para receber eles não faltavam.". Afirmou que isto é realmente muito triste e menos próprio de uma pessoa com responsabilidades na gestão autárquica deste Concelho e lamenta chegar a uma situação destas, isto não se escreve, isto não se diz, são ofensas do mais gravoso possível, tidas pela pessoa que é Chefe de Gabinete, é membro da Assembleia Municipal, é membro de Comissões, é dirigente concelhio, tem vivido toda a vida





9

(diz isto porque chegou a um ponto de saturação tal) utilizando um cartão de militante, pendurado em tudo o que é questões de gestão autárquica e distrital e, depois, coloca aqui em causa os outros, com senhas de presença. Afirmou que as pessoas trabalham e isto não se faz, é uma política do mais baixo possível. Reiterou que, muito honestamente, após o dia das eleições autárquicas, até acreditava (provavelmente, a Sra. Presidente não ouviu isto de mais ninguém do PSD, ou de outra força política) que tinham tudo para correr bem, tinham tudo para fazer mais do que um mandato, e, infelizmente, agora, perante uma pessoa que confronta todos e mais alguns, coloca em causa pessoas de bem com quem trabalha e coloca-os em cheque umas atrás das outras, acha que isto é realmente muito triste e, como é óbvio, não vai acabar bem. Referiu que é lamentável estar com este discurso na semana do Natal, mas não sabe realmente até onde a Comissão Política do PS, e a Distrital, vão aguentar e tolerar uma pessoa que anda aqui por andar e a fazer danos até para a própria estrutura do partido. Salientou que esta postura é ainda mais lamentável, e muito triste, quando, para o PSD e para todos aqueles que aqui estão sentados, a saúde não tem cor. Afirmou que se devem unir e estar cada vez mais perto de Lisboa porque é lá que se resolvem muitos dos problemas da interioridade, muitos problemas associados àquilo que têm vindo a sofrer nas últimas décadas e, nesse sentido, devem martelar, insistir, persistir junto de quem tem as tutelas por forma a que Tomar comece a rejuvenescer e a criar condições para ter o que, há muitos anos, já teve e foi perdendo ao longo dos tempos. Por último, referiu-se ao comunicado relativo à limpeza das infraestruturas dos SMAS, que prevê trabalhos nos dias vinte e três, vinte oito e vinte e nove de dezembro. Sublinhou que são dias em que se consome muita água, pois as pessoas acabam por estar por casa, e não sabe se, nas vésperas de Natal e de ano novo, é das melhores alturas para promover a limpeza dos reservatórios, e solicitou que esta situação seja tida em conta. -----

**A Sra. Presidente** concordou que a saúde não tem cor e que, no seu entender, têm articulado bem as posições, discutindo, às vezes, uma expressão, uma questão de vírgula, mas estando todos unidos na questão. Disse que as palavras ou os escritos só vinculam quem efetivamente os escreve. No que se refere à limpeza dos reservatórios, disse que percebe o que foi dito porque também foi questionado nos SMAS, e que vai ser tentado que não haja grande diminuição do caudal porque não havia outra hipótese. -----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** começou por referir que era para ter começado a sua intervenção pela questão abordada pelo Vereador António Jorge, antes de mais para dizer que é pena que, na última reunião antes do Natal estejam perante um assunto destes. Referiu que



faltou à última reunião de Câmara por razões pessoais, de caráter inadiável, onde foi substituído, e não pode comparecer à reunião que está aqui em causa, porque tem uma série de atividades e não podia adiar novamente uma reunião que já tinha adiado por duas vezes e estava reagendada para as dezassete e trinta desse dia. Disse à Sra. Presidente que, quando for assim, o mínimo que era expectável é que houvesse um telefonema aos vereadores que não estão a tempo inteiro e têm a sua vida programada, a informar que vai marcar uma reunião de trabalho para um determinado dia e a auscultar da respetiva disponibilidade. Disse ainda à Sra. Presidente que não pode dizer o que disse em relação à intervenção do seu Chefe de Gabinete, neste caso nas redes sociais, porque se ele tem o poder que tem é porque a Sra. Presidente lho concedeu. Referiu que, contrariamente ao que a Sra. Presidente diz, as suas questões em relação a ele não têm natureza pessoal, são de natureza política, tanto que, no anterior mandato, foram ambos vereadores e nunca se colocaram questões destas. Disse que é inadmissível o que aquele senhor veio dizer porque, se alguém andou toda a vida à custa da política foi ele – mas, sobre isso, as pessoas conhecem as situações e analisam-nas – e, francamente, acha que é a Sra. Presidente que com ele tem que resolver essa situação. Disse que, na próxima reunião da Câmara, aquele parecer que foi para a Assembleia Municipal – e veio tarde porque o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em vez de ser autónomo e independente, guardou o parecer bastante tempo - há-de ser aqui discutido porque, no parecer, a questão é abordada em abstrato e tem que ser analisada em concreto, porque a questão não é os eleitos daquele órgão receberem senhas de presença, a questão é um membro da Assembleia Municipal ter poderes quase executivos, alguém que está no órgão fiscalizador ter poderes quase executivos, essa é que é a questão. Referiu que os juristas sabem muito bem que há pareceres quase a jeito, recusa-se a fazê-los mas sabe que há pareceres quase a jeito e aquele, claramente, vai de encontro a uma situação em abstrato e não em concreto, sendo certo que a questão não pode morrer por aqui. Afirmou que não aceita minimamente que alguém o acuse de não ter sempre exercido os seus mandatos do princípio ao fim, indo até, muitas vezes, além das suas disponibilidades – o Presidente Paiva chamou-o muitas vezes e veio, o Corvelo de Sousa chamava-o constantemente e veio sempre que foi necessário, respeitando sempre o que era para ficar entre eles -, podem consultar o que quer que seja e comprovar que nunca faltou a nenhuma reunião, reunião de trabalho ou reunião extraordinária. Sublinhou que sempre defendeu que para tomar decisões tinha que ser uma reunião do órgão mas esteve sempre disponível para reuniões de trabalho com vista a trocar impressões, como a Sra. Presidente bem sabe, porque já se disponibilizou perante ela várias



*[Handwritten signature]*

vezes caso fosse necessário. Disse que, de certa forma, tem piada que, ao fim de tantos anos, na semana em que teve que faltar duas vezes, o venham acusar de faltar. Disse que esta atitude é lamentável e grave, não sabe o que se pretende com ela mas, atendendo que é Natal, na próxima reunião este assunto virá a debate, com certeza com requerimentos, para que as coisas sejam esclarecidas, porque quem não deve não teme, as coisas devem ser claras e transparentes e não haver aqui nada que ponha uma nódoa seja a quem for, sem qualquer motivo e sem qualquer razão. Em matéria de saúde, começou por dizer que o que aqui ouviram hoje já foi dito na reunião com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo, e também aqui, sendo que a única novidade é a ARS LVT estar agora connosco. Referiu que já sabiam que era difícil que viessem internos para um hospital como Tomar, é algo que já vem de há muitos anos, e que mantêm o que sempre disseram, e sempre foi consensual, ou seja que a medicina interna é fundamental, assim como é fundamental a urgência que já tiveram e a Pediatria. Salientou que, na área da saúde, tem havido consensos, foi sempre isto que defenderam e, se fossem concretizados, mais de oitenta por cento dos problemas de Tomar em matéria de saúde ficariam resolvidos. Disse que vão aguardar o que é que aí vem, se essa reunião a três dará algum desenlace, apesar de entenderem que, se não for a tutela a impor e a defender nada feito. No que se refere à recolha de resíduos e à questão dos comerciantes, disse que não podia ser mais favorável e acha bem que se avance neste sentido, até porque foi uma sugestão que já deu há muitos anos, e há muitos anos se praticou, com resultados, evitando-se que os contentores estivessem cheios de cartão e houvesse cartões espalhados pela rua. Relativamente ao Mercado, disse que alguém lhe fez chegar uma intervenção do Vereador Bruno que referia um concurso para o projeto, pelo que tem que esclarecer que nunca disse que devia haver um concurso para o projeto, disse sim que tinha que haver projeto porque, ao fazer obras sem projeto, a Câmara está a dizer para fora que se podem fazer obras sem projeto, independentemente do valor. Reiterou que devia ter havido projeto, que nenhuma obra da Câmara devia começar sem projeto e que não tem quaisquer dúvidas que, se tivesse havido projeto, se calhar o mercado estava pronto, se calhar não tinha tantos custos, as coisas eram claras e não havia faz e desfaz. Ainda sobre o mercado, salientou que nunca teve resposta à questão que aqui colocou dos comerciantes terem bancas em sítios diferentes e pediu para ter acesso à tabela de preços que se pretende praticar pois não a conhece. Sobre o Rio Nabão, disse que há muito tempo que é urgente a limpeza do rio a montante do Mouchão – o açude perto da Roda foi parcialmente destruído e na parte que restou o lixo acumula-se, não é bonito de ver, ainda mais quando temos tantos



*J. M.*

turistas por Tomar – bem como do Hotel para cima. Por outro lado, pediu que, havendo necessidade de arrancar árvores sejam plantadas outras, em maior número, com qualidade, para não provocarem problemas. Referiu que sabe que, na última reunião, foi colocada a questão dos atropelamentos nas passadeiras e, sem falar em caso nenhum em concreto, até por razões profissionais, entende que, muitas vezes, o grande problema está na iluminação. Disse que há placas que, à noite, sinalizam a localização das passadeiras e era importante que pudessem ser colocadas. Recordou que, há uns meses, falou aqui no problema da falta de iluminação à hora a que muitas pessoas se deslocam para apanhar o comboio das seis e quinze, ainda de noite, e continua a não haver luz. Sublinhou que, por exemplo, no passado sábado, a situação piorou com o nevoeiro que estava, não se vê ninguém e os atropelamentos podem acontecer, porque, por mais cuidado que o automobilista tenha não vê o peão. Disse que há locais de estacionamento que estão iluminadíssimos e outros completamente às escuras, e sugeriu que fosse efetuado o levantamento da situação – lembra-se que, muitas vezes, o trabalhador da EDP que vinha analisar as situações se deslocava à noite porque era quando melhor se via onde havia falhas e coisas que podiam ser corrigidas, muitas vezes até com poupança de recursos – porque há zonas que estão muito iluminadas e poupava-se ali para iluminar outras que necessitariam. Referiu que, em caso de acidente, é complicado determinar se a culpa é só do peão ou só do condutor, mais grave ainda quando há feridos ou até mortes, e gostaria muito pouco que, depois, acusassem o Município de não haver iluminação ou de apagar as luzes cedo, que é o que está a acontecer – as luzes desligam quase uma hora mais cedo do que deviam e, à noite, também não estão acesas quando deviam. Referiu que há poupanças mas a segurança da via deve ser primordial. -----

**O Sr. Vereador Bruno Graça** informou que vai ser praticada a tabela de preços prevista no regulamento e tabela de taxas administrativas e urbanísticas da Câmara Municipal de Tomar, aprovado em dois mil e treze, e que todos os vendedores receberam o ofício a dar conta do valor que terão que pagar. -----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** disse que não sabe se a realidade é a mesma de há uns anos mas pensa que será algo diferente, desde logo porque os comerciantes perderam muito da sua atividade comercial durante estes anos, perderam muitos clientes, e entende que a prática desses preços deve ser repensada. Sublinhou que, em termos de atividade económica a situação é completamente diferente relativamente a dois mil e treze, ou a dois mil e onze, para pior, porque muitas pessoas se desabituarão de ir ao mercado e têm outros fornecedores, e os custos de quem vende são os mesmos, ou superiores, pelo menos em



*[Handwritten signature]*

termos fiscais. Sublinhou que, por outro lado, há duas deliberações de Câmara, tomadas por unanimidade, uma delas quando o mercado encerrou e os comerciantes ficaram sem atividade uma série de meses, no sentido de fazer o levantamento dos prejuízos que tiveram para que fossem ressarcidos desses prejuízos, o que nunca aconteceu. Referiu que, quando ocorreu ali um incêndio o assunto também foi abordado, não tendo agora presente se houve ou não deliberação, em que os comerciantes também tiveram alguns prejuízos e não foram ressarcidos. Salientou ainda que a mudança que agora vão fazer também teve custos para eles e têm que assumir que, quer a saída deles do edifício e os meses que estiveram inativos, quer, agora, os custos da mudança, nunca foi por culpa dos comerciantes, foi culpa do Município, que não oferecia condições no mercado para que pudessem exercer as respetivas atividades. Disse que esta situação real, acrescida do decréscimo da atividade económica, também real, devia pesar para que, durante algum tempo, se calhar, as taxas que tenham que pagar fossem reduzidas. Referiu que é daquelas situações que seria fácil apresentar uma proposta mas não entende que seja correto, salta à vista de todos que é mesmo assim e era de bom tom que aqui houvesse um consenso para que, mesmo que o Município não tivesse a rentabilidade que esperam venha a ter, colaborassem no sentido de os comerciantes poderem relançar a sua atividade. Vincou que passaram muitos anos e a própria idade de alguns dos comerciantes é quase mais propícia a abandonar a atividade, se virem que não é rentável e os encargos fixos que têm continuam a ser acrescidos, mesmo tendo poucos clientes. Disse que, se há alguns que, se calhar, suportam isso facilmente, haverá outros que não, e sabe de muitos que, mesmo com preços de uma tabela anterior, não têm capacidade para lá ficarem. Afirmou que o pior que pode acontecer, até para aqueles que lá ficam, é terem um mercado cada vez com menos comerciantes a exercer a atividade, porque não chamará com certeza novos comerciantes ou público. -----

**A Sra. Presidente** lembrou que não é só na cidade que se coloca a questão das passadeiras, referindo que, por exemplo, junto à sede da Junta de Freguesia de Paialvo, também existe uma passadeira em cima de um cruzamento. Informou que o DOM está a proceder ao levantamento das passadeiras do Concelho para que se possa avaliar a questão da sinalização com o tipo de tecnologia referido, que já existiu nalgumas passadeiras mas foi-se degradando. No que se refere à iluminação pública, informou que temos dois tipos de situações: controlada através de relógio astronómico, que pode ser programado de acordo com o nascer e o por do sol, o que já foi solicitado à EDP (está programado para apagar uma hora antes e acender uma hora depois, o que não faz sentido nenhum); um conjunto de sectores controlados por



sensores, com uma tecnologia velha e avariados. Recordou que, conforme aqui disse há uns meses, equacionaram um renting de setenta e cinco mil euros para a questão da iluminação pública numa parte da cidade mas, pelas negociações com a empresa que está no mercado, do Grupo EDP, foi decidido não avançar porque tem custos financeiros, o custo das luminárias só dava para cerca de duzentas e só contemplariam meia dúzia de ruas. Sublinhou que, estando prevista para o Município de Tomar, na Intervenção Territorial Integrada, para iluminação pública, uma verba de duzentos e trinta mil euros, seria uma ajuda, mas não estão ainda definidas as regras de acesso aos fundos comunitários para a iluminação pública e para a eficiência energética, e não sabem se vai haver uma taxa de cofinanciamento de setenta por cento. Disse que, de acordo com a última versão, vai passar para um instrumento financeiro, à semelhança do que acontece com a reabilitação urbana, de que também ainda não se sabe nada, pelo que não vão estar à espera e vão avançar com uma empreitada para substituição por tecnologia LED porque a tecnologia atual consome muita luz e não faz contraste – como exemplo, referiu a Avenida Ângela Tamagnini e a Rua de Coimbra (LED), a noite e o dia. Salientou que as luminárias LED têm que ter um determinado espaçamento, diferente daquele que está implantado, e estão a analisar os diferentes tipos de lâmpadas LED que existem, para evitar terem que mexer na localização das luminárias que existem pois se tiverem que o fazer a empreitada aumenta de preço e, se calhar, numa primeira fase, têm que colocar menos, pelo menos até terem definido como podem aceder a fundos comunitários para o efeito. Disse que vão começar pela parte nova da cidade e que, quando estiver concluído o mapa das áreas abrangidas o trará à reunião, para conhecimento. Por último, referiu o problema da existência de árvores que não são de ambiente urbano junto às passadeiras e aos postes de iluminação, onde vão ter que intervir também para melhorar a situação. -----

**O Sr. Vereador João Tenreiro** pediu confirmação se a recolha porta a porta de cartão é só para comerciantes, tendo obtido essa confirmação. Continuando, perguntou se foi pedida a colaboração da ACITOFEBA, porque é que esta associação não está englobada na ação que vai decorrer, e se não será possível alargar a recolha à população em geral, podendo envolver outras associações da sociedade civil, como os Escuteiros que já têm uma grande preparação em ações desta natureza. Disse que é uma iniciativa que é de saudar e deve ser continuada. No que se refere à saúde, reforçando o que foi dito pelo seu colega António Jorge, disse que o assunto do Hospital de Tomar sempre aqui foi bem entendido, mal deles se não quiserem um Hospital para Tomar, mal deles se não quiserem fortalecer o Hospital de Tomar pois, como tem dito, neste momento, em termos técnicos, não existe Hospital em Tomar. Defendeu que um



hospital sem medicina interna e sem urgências médico-cirúrgicas não é hospital em lado nenhum do país e já devia haver um estudo demonstrativo disto para que, na reunião com o Ministro, se possa demonstrar esta questão. Sublinhou que, se Tomar tem um hospital e há, de facto, uma contratualização para ter um hospital em Tomar podem tirar algumas valências mas nunca essas duas pois, sem elas, não poderá ser um hospital. Disse que é importante ter um estudo técnico e dar o ponto da situação, já passaram o meio do mandado e entende que era necessário fazer um plano de ação da saúde, ainda estão a tempo de o fazer para que, daqui amanhã, independentemente dos agentes políticos que estejam a comandar a saúde, possam ir com dados concretos, científicos, numéricos e estatísticos, que possam demonstrar que, de facto, Tomar está prejudicado, Tomar não tem Hospital e, não há volta a dar, Tomar é o centro do Médio Tejo. Disse que, em seu entender, temos que evidenciar que Tomar é a capital do Médio Tejo, que o centro do Médio Tejo é Tomar, até por questões geográficas, até para beneficiar as outras terras, que ficam mais beneficiadas centralizando tudo em Tomar do que centralizando em Torres Novas ou Abrantes, e que deixa aqui a sugestão. Disse que tem também que tocar neste assunto, porque se sentiu visado quando o Chefe de Gabinete da Sra. Presidente afirma o que afirma nas redes sociais. Referiu que a Sra. Presidente sabe muito bem que, quando há questões como esta, estão sempre presentes e disponíveis para falar, recordando que, quando o Governo era PSD, sem qualquer tipo de problemas, tomaram aqui posições que até iam de encontro às posições do seu partido – daí dizerem que a saúde não pode ter partido político – e não pode tolerar nem aceitar acusações dessas do Chefe de Gabinete, nem a Sra. Presidente o pode. Disse que a Sra. Presidente não pode vir dizer que os escritos vinculam quem os escreve porque, neste caso, não, vinculam a Sra. Presidente. Disse que o Chefe de Gabinete da Sra. Presidente está na Comissão de Saúde como Deputado Municipal, e está em tudo nesta Câmara Municipal, não há nada onde ele não apareça, porque ele, o presidente de Câmara não eleito, é o presidente de Câmara em exercício, por culpa da Sra. Presidente, única e exclusiva, e o que ele diz ou faz vincula-a. Referiu que estava à espera de uma resposta da Sra. Presidente diferente daquela que deu ao Vereador António Jorge, uma resposta a lamentar o sucedido e a pedir desculpa, mas não o fez. Referiu que já viu um ministro ser expulso por causa de uma anedota, já viu um ministro ser expulso por ter feito sinais na Assembleia da República para um deputado do PCP, porque era alguém que foi nomeado, como este senhor foi nomeado pela Sra. Presidente. Referiu que, se fosse o Vereador Hugo Cristóvão ou o Vereador Bruno Graça a fazer algo, apesar de saber que não o fariam, foram eleitos e a Sra. Presidente não tem o poder de tutela sobre eles, caso tivessem



*J. M.*

uma atitude que fosse considerada indigna, o que não é o caso desse senhor, que não foi eleito, está aqui porque foi nomeado pela Sra. Presidente, e não é a primeira, nem a segunda, nem a terceira, nem a quarta, ofende várias vezes as pessoas deste órgão, já ofendeu até várias vezes o Vereador Pedro Marques (uma pessoa mais velha que já foi presidente desta casa durante oito anos), com acusações que, às vezes, até se sente incomodado com elas, e é tão só o Chefe de Gabinete desta casa. Referiu que diz isto à Sra. Presidente e não o diz a ele porque foi a Sra. Presidente que o nomeou. Disse que mora e trabalha em Lisboa, está em Tomar muitas vezes porque é a sua terra, e é verdade que recebe ajudas de custo, mas, questionou, quem é aquele senhor para dizer que só vinha se recebesse ajudas de custo, como é que prova, quem é ele para dizer isso, alguém que andou sempre a mando da política, se calhar quase toda a sua vida. Disse que não tem problemas nenhuns de o dizer aqui, sente-se ofendido, e mais ofendido se sente quando a Sra. Presidente diz que não o lamenta. Disse que não vai pedir ao Vereador Hugo Cristóvão para lamentar, porque sabe que ele o lamenta, não vai pedir ao Vereador Bruno Graça para lamentar, porque sabe que o lamenta, mas eles não têm que lamentar, não têm culpa, não foram eles que o nomearam, embora - tem que dizer - corroborem porque o partido é o mesmo, a coligação é a mesma. Disse que pede desculpa à Sra. Presidente mas tem que dizer que isto já está a roçar demais a má educação e não é preciso fazer combate político a roçar a má educação. Reiterou que viu um ministro ser expulso por ter feito uns sinais, uns chifres, a um deputado da República, e já viu este senhor fazer coisas e a Sra. Presidente mantém-no, é a culpada, não pode dizer que os escritos só vinculam quem os escreve porque vinculam ambos. Disse que perante tudo o que aquele senhor disser e fizer, enquanto a Sra. Presidente não tomar uma posição, vai continuar a vinculá-la pelos escritos e tudo mais que ele faz porque a Sra. Presidente não pode lavar as mãos das atitudes que este senhor tem, que são muito graves e já roçam a má educação. Disse que, se calhar, devia ser feito um manual de boas práticas para esse senhor, para ele saber como é que se deve agir enquanto Chefe de Gabinete, mas isso compete a quem o nomeou. Sublinhou que o ano está a terminar e são mais de dez os requerimentos que fizeram e não tiveram resposta, a par de uma proposta que apresentaram e não foi agendada pela Sra. Presidente, pelo que, no início do ano, vão apresentar um relatório total de todos esses requerimentos e vão remeter para o CADA porque a situação é insuportável, alguns deles têm mais de um ano e não há resposta, Disse que também terão que tomar outras atitudes se a Sra. Presidente, no início do ano, não agendar a proposta relativa ao Portugal dois mil e vinte. Por último, referiu o fato de o Chefe de Gabinete ter tomado participação na votação sobre o





orçamento para dois mil e dezasseis, sublinhando que esperaram uma atitude da Sra. Presidente que, pelos vistos, não fez nada para tentar verificar se é legal ou não, esperaram e até agora não tiveram resposta, pelo que vão dar conhecimento às instâncias legais e judiciais para averiguar se a votação do orçamento poderá estar ou não inquinada. -----

**A Sra. Presidente** respondeu à questão da ACITOFEBBA, referindo que a responsabilidade da recolha dos diferenciados é da Autarquia, que pertence à Resitejo, sendo o tratamento da área da Sociedade Ponto Verde, daí as entidades que têm a responsabilidade terem delineado a ação que vai ser implementada. Disse que a ACIFOFEBBA vai ser chamada a colaborar no âmbito da campanha de sensibilização que vai ser feita e que, nesta fase experimental, não têm condições para ir além dos comerciantes, apesar de ser desejável chegar a toda a população. Salientou que já não é a primeira vez que pede desculpa, mesmo na Assembleia Municipal, porque ninguém é dono da verdade absoluta, mas só pede desculpa do que faz e do que erra. Disse que, quando se está na vida pública estão sujeitos a determinadas atitudes, e que, pessoalmente, não vê nem quer ver mas há muita gente que diz coisas. Afirmou que o seu relacionamento é aqui, entre Presidente e Vereadores, e que todos os Srs. Vereadores justificaram que não podiam vir à reunião e a todos os participantes na reunião disse que não podiam estar presentes e tinham justificado a ausência. -----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** perguntou se o lugar do concurso para técnico de turismo já está preenchido ou não porque a questão lhe foi colocada e não sabe responder. -----

**A Sra. Presidente** informou que a ata está elaborada pelo júri, que já notificou as pessoas admitidas, nos termos do CPA, e pensa que os não admitidos também. Garantiu que não entrou ninguém na sequência do procedimento. -----

**O Sr. Vereador Bruno Graça** disse ao Vereador Pedro Marques que tem vindo, ao longo dos tempos, a conversar com os vendedores, transmitindo que não iriamos fazer nenhuma proposta de aumento dos valores das taxas que estavam a ser pagos quando o mercado foi fechado. Disse que tem mantido essa conversa com eles e lhes entregou a tabela de taxas em vigor mas, naturalmente, está disponível para encontrar uma qualquer solução que seja aqui deliberada, de alteração ao regulamento que está em vigor e que está obrigado a cumprir. Referiu que espera que estes assuntos passem a ser tratados com uma comissão de vendedores pois, no início de janeiro, vai promover uma reunião com o objetivo de a mesma ser criada, de poderem ajustar e consensualizar posições, porque entende que, para o sucesso do espaço em termos comerciais é indispensável que exista bastante articulação entre os vendedores, para inverter o que eles próprios alegam de estarem sempre uns contra os



outros, passarem a perceber que, se persistirem nuns contra outros, morrem todos, que é melhor juntarem-se, chegar a consensos em termos de estratégia e marketing e, em conjunto com a Câmara, procurar dinamizar aquele espaço económico para que ele seja efetivamente rentável, até porque a Câmara Municipal não pode gastar o que gastou na recuperação daquele espaço para o fechar na semana seguinte. Depois, em função de tudo quanto esteve aqui a ser levantado, deu conhecimento que, em dezasseis de setembro, **solicitou à Sra. Presidente que lhe fossem facultadas as seguintes informações relativas a valores que lhe foram pagos pela Câmara Municipal, desde a sua tomada de posse até ao dia trinta e um de julho de dois mil e quinze, na forma de vencimento, senhas e presença e ajudas de custo, assim como o valor pago pela utilização do telemóvel que lhe foi confiado, matrícula da viatura que lhe está distribuída e número de quilómetros que efetuou em viaturas do Município, por requisição. Informou que, até esta data, não obteve qualquer resposta, pelo que requer hoje, com caráter de urgência, a prestação dessas informações, atualizadas a trinta de novembro**, porque, realmente, estas questões de comportamento ético têm sido um fator determinante para a falta de coesão e de trabalho conjunto dos responsáveis políticos pela condução dos destinos do Concelho e, ainda, pela descredibilização da ação política deste executivo. Disse que entende que é chegado o momento dessas coisas de ética serem resolvidas, não podem andar a ser minados por questões que acabam por evitar que os grandes problemas, que os problemas que deviam ser aqui debatidos e trazidos, porque preocupam e atrofiam o desenvolvimento do Concelho de Tomar, sejam sistematicamente substituídos por questões que não têm nada a ver com o desenvolvimento do nosso Concelho.-----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** disse que não se pronuncia sobre este desabafo do Vereador Bruno pois, sinceramente, suporta isso porque quer, no seu lugar já não suportaria há muito tempo. Disse que acha ótimo e fundamental que exista diálogo com os vendedores do mercado, até para que muitos ganhem à-vontade para falar abertamente de tudo, pois, por vezes, as coisas chegam-lhes porque os vendedores não têm esse à-vontade, não sabe porquê, não questiona, mas é um facto. Disse que era de bom tom aparecer alguma proposta para discussão pois, além das razões económicas de que falou também era de bom tom que a Câmara cumprisse as deliberações, tomadas por unanimidade, de ressarcir, na medida do possível, os comerciantes pelos danos que tiveram com o encerramento do mercado. Disse que não apresenta a proposta porque entende que a questão devia ser avaliada e discutida, para se chegar a um consenso de reduzir percentualmente os preços, embora também aceite



que haja preços que estejam de acordo para alguns, até pelo que vendem, mas o problema são aqueles que têm outros gastos adicionais face ao que vendem, como é o caso, se calhar, do peixe e da carne, envolvendo arcas, frigoríficos e energia. Pediu ao Vereador Bruno que, no âmbito da gestão do mercado, avalie e veja a possibilidade que teriam de encontrar uma solução, além do mais porque, se o Município não tiver comerciantes no mercado não vão lá pessoas e é um espaço para fechar, além de que era uma forma de cumprir uma deliberação que tem muitos anos, foi sempre chutada para canto, não foi revogada e era justo ressarcir os comerciantes, pelo menos os que cá ficaram a trabalhar. -----

**A Sra. Presidente** disse que, independentemente da análise que poderá ser feita o ressarcimento já está feito pelas taxas que não foram pagas durante todos estes anos, sendo, nalguns casos, uma questão de fazer contas.-----

**Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:** -----

**BALANCETE:** - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia dezoito de dezembro do ano de dois mil e quinze, o qual acusa os seguintes saldos: dois milhões, trezentos e catorze mil quatrocentos e quarenta e cinco euros e noventa e nove cêntimos (2.314.445,99€) em Operações Orçamentais, e cinquenta e seis mil seiscentos e cinquenta e sete euros e noventa e dois cêntimos (56.657,92€) em Operações Não Orçamentais.-----

**PROPOSTAS:**-----

**PROPOSTAS DA SENHORA PRESIDENTE:** -----

**N.º 01 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TOMAR** -----

Foi presente uma proposta da Sra. Presidente do seguinte teor: "Nos termos da alínea p) do n.º1 do artigo 33.º do anexo à lei n.º75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio de 6.000€ (seis mil euros) ao centro cultural e desportivo da câmara municipal e serviços municipalizados de Tomar, a pagar dentro das disponibilidades financeiras do Município, considerado o cabimento, que deve fazer parte da deliberação." -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir o subsídio proposto, com cabimento n.º 3770/2015, nos termos da alínea p) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----



Esta deliberação foi aprovada por maioria de três votos a favor, os votos contra dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e a abstenção do Sr. Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

Os Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge apresentaram a seguinte declaração de voto: "Mais uma vez, estranhamos a atribuição destes subsídios. -----

Votamos Contra, reiterando as considerações das Declarações de Voto apresentadas pelos vereadores do PSD, nas reuniões de Câmara anteriores. -----

Pretendemos saber: -----

1. Para que efeitos são os subsídios? -----
2. Onde foram gastas as anteriores atribuições, que já vierem às reuniões de Câmara? -----
3. Queremos o relatório de contas destas entidades, dos últimos 2 anos, demonstrativas das aplicações, ou não, destes subsídios e das atividades a que os mesmos se destinaram?". -----

#### **N.º 02 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA E BENEFICÊNCIA DOS BOMBEIROS DE TOMAR** -----

Foi presente uma proposta da Sra. Presidente do seguinte teor: "Nos termos da alínea u) do nº1 do artigo 33º do anexo à lei nº75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição à Associação Cultural Desportiva e Beneficência dos Bombeiros de Tomar, um subsídio para apoio às suas atividades estatutárias, no valor de cinco mil e duzentos euros (5.200€), a pagar dentro das disponibilidades financeiras do Município, considerado o cabimento, que deve fazer parte da deliberação.". -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir o subsídio proposto, com cabimento n.º 3770/2015, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi aprovada por maioria de três votos a favor, os votos contra dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e a abstenção do Sr. Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

Os Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge apresentaram a seguinte declaração de voto: "Mais uma vez, estranhamos a atribuição destes subsídios. -----

Votamos Contra, reiterando as considerações das Declarações de Voto apresentadas pelos vereadores do PSD, nas reuniões de Câmara anteriores. -----

Pretendemos saber: -----



1. Para que efeitos são os subsídios?-----
2. Onde foram gastas as anteriores atribuições, que já vierem às reuniões de Câmara?
3. Queremos o relatório de contas destas entidades, dos últimos 2 anos, demonstrativas das aplicações, ou não, destes subsídios e das atividades a que os mesmos se destinaram?-----

**N.º 03 - ATUALIZAÇÃO DA TABELA DE PREÇOS A PRATICAR NA DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL**-----

Foi presente uma proposta da Sra. Presidente propondo a atualização dos preços a praticar na Divisão de Proteção Civil, a partir de 1 de janeiro de 2016, com base no índice de preços no consumidor até outubro de 2015, acompanhada da Tabela de Preços atualizada.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a atualização dos preços a praticar na Divisão de Proteção Civil, a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2016, nos termos propostos, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Esta deliberação foi aprovada por maioria de três votos a favor, e as abstenções dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e Pedro Alexandre Ramos Marques.-----

**PROPOSTA DO SENHOR VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO:**-----

**N.º 04 – CEDÊNCIA DE EDIFÍCIO MUNICIPAL (ANTERIORMENTE DESIGNADO POR ESCOLA DE ENSINO BÁSICO DE CHÃO DAS MAIAS) À UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SERRA E JUNCEIRA**-----

Foi presente uma proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão propondo a cedência do edifício municipal, anteriormente designado Escola de Ensino Básico de Chão das Maias, à União das Freguesias de Serra e Junceira, para dinamização de atividades próprias e em articulação com associações locais, bem como em articulação com o município, nomeadamente na área da proteção civil, nos termos da proposta de minuta de contrato de comodato que anexa.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a cedência do edifício municipal, anteriormente designado Escola de Ensino Básico de Chão das Maias, à União das Freguesias de Serra e Junceira, nos termos constantes da minuta de contrato de comodato apresentada, conforme proposto.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:**-----

**N.º 05 - CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO À JUNTA DE FREGUESIA DE OLALHAS**-----



Foi presente a informação n.º 7181/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a cedência de equipamento à Junta de Freguesia de Olalhas, para conclusão de trabalhos em caminhos de terra batida com acesso a habitações, dando origem a uma despesa de 454,44€.

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente que, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizou a referida cedência.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.

**DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:**

**N.º 06 - CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER**

Foi presente o processo n.º 681/EDIF/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para constituição da compropriedade e ampliação do número de compartes do prédio rústico sito em Bairrada, São Pedro de Tomar, inscrito na matriz sob o artigo n.º 196, secção B, da Freguesia de São Pedro de Tomar, de que é titular José Conceição Silva, com informações n.ºs 6292/2015 e 6303/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física.

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico sito em Bairrada, São Pedro de Tomar, inscrito na matriz sob o artigo n.º 196, secção B, da Freguesia de São Pedro de Tomar, desde que não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.

**N.º 07 - CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER**

Foi presente o processo n.º 680/EDIF/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para constituição da compropriedade e ampliação do número de compartes do prédio rústico sito em Bairrada, São Pedro de Tomar, inscrito na matriz sob o artigo n.º 313, secção B, da Freguesia de São Pedro de Tomar, de que é titular José Conceição Silva, com informações n.ºs 6293/2015 e 6301/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física.



**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico sito em Bairrada, São Pedro de Tomar, inscrito na matriz sob o artigo n.º 313, secção B, da Freguesia de São Pedro de Tomar, desde que não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 08 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES** -----

**REQUERENTE: MANUEL BRANCO** -----

Foi presente o processo 1052/2002, relativo à execução de obras de alteração e ampliação de edificação na Serra, União das Freguesias de Serra e Junceira, em nome de Manuel Branco, com as informações n.ºs 4157/2014 e 1254/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a declaração de caducidade da licença titulada pelo alvará de obras de alteração e ampliação n.º 125/2012, pelos fundamentos nelas constantes.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou que é sua intenção declarar a caducidade da licença, nos termos do disposto na alínea d) no n.º 3 do artigo 71º do RJUE, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 10 dias úteis, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa.

Esta deliberação foi aprovada por quatro votos a favor e as abstenções dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves.-----

**DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:**-----

**N.º 09 - APOIO AO PROJETO JUNTA EDUCA NO NATAL** -----

Foram presentes as informações n.º 1744/2015 da Divisão de Turismo e Cultura, e n.º 2946/2015 do Gabinete de Apoio à Presidência, à Vereação e à Provedoria Municipal, submetendo a ratificação do Executivo Municipal a cedência do autocarro nos dias 14 e 15 de dezembro de 2015, para deslocação dos alunos de Valdonas, Carvalhos de Figueiredo e Cabeças ao Cineteatro Paraíso, para participação em espetáculo promovido pela União das Freguesias de Tomar (São João Baptista e Santa Maria dos Olivais), no âmbito do projeto Junta Educa no Natal, com o custo estimado de 85,00€.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente que autorizou a referida cedência.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:**-----



## **N.º 10 - ARBORIZAÇÃO COM EUCALIPTO – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SERRA E JUNCEIRA**

No seguimento da informação n.º 1775/2015 da Divisão de Proteção Civil, referente ao pedido de autorização prévia para realização de ações de arborização com eucalipto comum, numa área de 5,07 ha, em Carril, União das Freguesias de Serra e Junceira, submetido por Eurozêzere Import Export Lda ao ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, IP, foi presente, para ratificação, o despacho n.º 3550/PR/2015, de 7 de dezembro, proferido pela Sra. Presidente ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, emitindo parecer favorável e licença para ação de destruição do revestimento vegetal sem fins agrícolas.

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou não ratificar o despacho n.º 3550/PR/2015, de 7 de dezembro, proferido pela Sra. Presidente ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com os votos contra da Sra. Presidente e do Sr. Vereador Hugo Renato Ferreira Cristóvão, e a abstenção do Sr. Vereador António Manuel Baptista Gonçalves Jorge.

## **N.º 11 - REARBORIZAÇÃO COM EUCALIPTO – FREGUESIA DE SABACHEIRA**

No seguimento da informação n.º 1776/2015 da Divisão de Proteção Civil, referente ao pedido de autorização prévia para realização de ações de rearboreção com eucalipto comum, numa área de 7,23 ha, em Vale de Figueira, Freguesia de Sabacheira, submetido por Adelino de Oliveira Ferreira ao ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, IP, foi presente, para ratificação, o despacho n.º 3551/PR/2015, de 7 de dezembro, proferido pela Sra. Presidente ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, emitindo parecer favorável e licença para ação de destruição do revestimento vegetal sem fins agrícolas.

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou não ratificar o despacho n.º 3551/PR/2015, de 7 de dezembro, proferido pela Sra. Presidente ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com os votos contra da Sra. Presidente e do Sr. Vereador Hugo Renato Ferreira Cristóvão, e a abstenção do Sr. Vereador António Manuel Baptista Gonçalves Jorge.

## **N.º 12 - REARBORIZAÇÃO COM EUCALIPTO – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SERRA E JUNCEIRA**





No seguimento da informação n.º 1753/2015 da Divisão de Proteção Civil, referente ao programa de recuperação de ações de rearborezação com eucalipto, numa área de 0,63 ha, em Vale Bolinhos, União das Freguesias de Serra e Junceira, submetido por Horácio Firmino Antunes ao ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, IP, foi presente, para ratificação, o despacho n.º 3557/PR/2015, de 9 de dezembro, proferido pela Sra. Presidente ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, emitindo parecer favorável. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou não ratificar o despacho n.º 3557/PR/2015, de 9 de dezembro, proferido pela Sra. Presidente ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por maioria, com os votos contra da Sra. Presidente e do Sr. Vereador Hugo Renato Ferreira Cristóvão, e a abstenção do Sr. Vereador António Manuel Baptista Gonçalves Jorge. -----

**N.º 13 - ARBORIZAÇÃO COM EUCALIPTO – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MADALENA E BESELGA** -----

No seguimento da informação n.º 1774/2015 da Divisão de Proteção Civil, referente ao programa de recuperação de ações de arborização com eucalipto, numa área de 0,72 ha, em Vale Fernão Pires, União das Freguesias de Madalena e Beselga, submetido por Olinda de Faria Godinho ao ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, IP, foi presente, para ratificação, o despacho n.º 3558/PR/2015, de 9 de dezembro, proferido pela Sra. Presidente ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, emitindo parecer favorável. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou não ratificar o despacho n.º 3558/PR/2015, de 9 de dezembro, proferido pela Sra. Presidente ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por maioria, com os votos contra da Sra. Presidente e do Sr. Vereador Hugo Renato Ferreira Cristóvão, e a abstenção do Sr. Vereador António Manuel Baptista Gonçalves Jorge. -----

**N.º 14 - REARBORIZAÇÃO COM EUCALIPTO – FREGUESIA DE OLALHAS** -----

No seguimento da informação n.º 1754/2015 da Divisão de Proteção Civil, referente ao programa de recuperação de ações de rearborezação com eucalipto, numa área de 0,26 ha, em Vale Casal, Amêndoa, Freguesia de Olalhas, submetido por Leonilde de Jesus Carvalho ao ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, IP, foi presente, para ratificação, o



*[Handwritten signature]*

despacho n.º 3559/PR/2015, de 9 de dezembro, proferido pela Sra. Presidente ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, emitindo parecer favorável. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou não ratificar o despacho n.º 3559/PR/2015, de 9 de dezembro, proferido pela Sra. Presidente ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por maioria, com os votos contra da Sra. Presidente e do Sr. Vereador Hugo Renato Ferreira Cristóvão, e a abstenção do Sr. Vereador António Manuel Baptista Gonçalves Jorge. -----

**UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:**-----

**N.º 15 - PARQUE DE ESTACIONAMENTO 2 - PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR – isenção de pagamento**-----

Foi presente a proposta da Sra. Presidente propondo ao Executivo Municipal a ratificação do despacho de autorização de permanência da viatura matrícula 26-54-DE no Parque de Estacionamento 2 – Pavilhão Municipal Cidade de Tomar, durante algumas horas, para apoio social a família vítima de violência doméstica, em articulação com a APAV de Coimbra e a GNR de Tomar, e a isenção do pagamento devido. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho de autorização de estacionamento atendendo à urgência na resolução da situação e isentar do pagamento das tarifas devidas, conforme proposto.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 16 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ALUNOS CARENCIADOS – ANO LETIVO 2015/2016 – 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA – 3.ª FASE**-----

Foi presente a informação n.º 1577/2015 da Unidade de Intervenção Social e Educação, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a atribuição de cinco escalões A e dois escalões B para apoio alimentar (subsídio de refeição) a sete alunos carenciados do 1.º ciclo do ensino básico, bem como a atribuição de subsídio especial a criança proveniente de família carenciada, para atividades de animação e de apoio à família na educação pré-escolar, no ano letivo 2015/2016.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a atribuição dos apoios no âmbito da ação social escolar, no ano letivo 2015/2016, ao abrigo do regulamento em vigor, nos termos da supra referida informação, que homologa. -----



Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:**-----

**N.º 17 - UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL –  
Sociedade Filarmónica Gualdim Pais**-----

Foi presente a informação n.º 1401/2015 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o pedido de isenção dos custos devidos pela utilização das piscinas do Complexo Desportivo Municipal de Tomar, para realização de atividade denominada Dia Aberto Solidário, no dia 5 de dezembro de 2015, com o objetivo de angariação de bens a favor das crianças do Centro de Acolhimento da Santa Casa da Misericórdia de Tomar, conforme solicitado pela Sociedade Filarmónica Gualdim Pais.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Sociedade Filarmónica Gualdim Pais do pagamento devido pela utilização das referidas instalações desportivas, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais.-----

O Sr. Vereador Bruno Victor Domingos Graça não tomou parte nesta deliberação, tendo-se ausentado da sala.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**EXPEDIENTE:**-----

**N.º 18 - TARIFAS A APLICAR PELA EPAL NO ANO DE 2016**-----

Foi presente, para conhecimento, o ofício ref.ª DCM/CPS S/2015/232765 da SPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA, sobre as tarifas a aplicar pela empresa no ano de 2016.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

**Terminados os trabalhos, sendo dezasseis horas e trinta minutos, a Sra. Presidente, declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.**-----

**Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.**---

*S.º*  
*Avelina Maria Lopes Leal*